

GÊNERO E GOVERNAMENTALIDADE: UMA ARTICULAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA ANALISAR PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO

Maria Cláudia Dal'Igna – UNISINOS

O objetivo deste texto é desenvolver uma discussão teórico-metodológica sobre os conceitos de gênero e governamentalidade. Apoiando-me em dois campos teóricos – Estudos de Gênero Pós-Estruturalistas e Estudos Foucaultianos –, discuto as possibilidades que a articulação dos conceitos oferece em termos teóricos e metodológicos, especialmente para examinar os processos de subjetivação. Para tal discussão, utilizo parte dos resultados de uma pesquisa que descreve e problematiza a relação família-escola¹.

Gênero e governamentalidade: uma introdução

Muitas teóricas feministas têm chamado a atenção para o fato de que *o conceito de gênero*, desde sua formulação e emergência no âmbito do movimento feminista, tem sido entendido a partir de diferentes posições teóricas, o que possibilita uma ampla gama de usos – seja como categoria analítica, seja como simples referência para marcar as diferenças entre os sexos. Além disso, sua adoção foi (é) alvo de polêmicos debates devido às suas implicações políticas para a luta feminista, pautada inicialmente no sujeito “mulher”, gerando ainda discussões sobre a necessidade (ou não) de problematizar as noções biologicistas de corpo e sexo².

A articulação entre os estudos feministas e o pós-estruturalismo possibilita ressignificar e complexificar o conceito de gênero. Como afirma Dagmar Meyer (2012), estudiosas feministas pós-estruturalistas, como Joan Scott (1995), Linda Nicholson (2000) e Guacira Louro (2011), têm problematizado as noções de corpo, de sexo e de sexualidade, e esse exercício tem produzido mudanças epistemológicas importantes no campo dos estudos feministas.

¹ O *corpus* de pesquisa foi composto por meio de um trabalho de campo utilizando dois procedimentos metodológicos: grupo focal com 10 mulheres-mães de crianças com baixo desempenho escolar e entrevista com algumas das participantes.

² Ver, por exemplo, Linda Nicholson (2000) e Silvana Mariano (2005).

Inspirada pelo exercício empreendido por Meyer (2012) sobre algumas possibilidades de utilizar gênero como ferramenta, pretendo apresentar quatro implicações do uso desse conceito que são eleitas e desenvolvidas pela autora.

Primeira: a *articulação intrínseca entre gênero e educação* permite rejeitar e problematizar noções essencialistas e universais de homem/mulher e de paternidade/maternidade. Operando com esse pressuposto, é possível argumentar que, no interior de diferentes processos educativos, os indivíduos são transformados em – aprendem a reconhecer-se como – homens e mulheres. Esses processos não são lineares, nem progressivos e harmônicos, e também nunca estão finalizados ou completos.

Segunda: tomar o conceito de *gênero como um elemento organizador da cultura* possibilita examinar os diferentes modos pelos quais gênero opera estruturando o próprio social. Sob essa perspectiva, abandona-se o entendimento de que gênero se refere apenas à construção social de papéis e funções masculinos e femininos. Tal abordagem remeteria a uma individualização dos processos de produção de diferenças e desigualdades de gênero e deixaria de problematizar como tais diferenças e desigualdades são produzidas no interior das instituições e práticas sociais, as quais são constituídas pelos – e constituintes dos – gêneros.

Terceira: o *caráter relacional do conceito de gênero* possibilita a análise de formas de condução da conduta de homens-pais e mulheres-mães, atentando para o pressuposto de que o feminino e o masculino – e, com isso, também maternidade e paternidade – são construções relacionais e interdependentes.

Quarta: *articulando-se gênero e poder*, será importante examinar as redes de poder envolvidas no processo de diferenciação que permite classificar, hierarquizar e posicionar sujeitos. Isso implica também levar em conta que as identidades masculinas e femininas são produzidas e transformadas numa articulação de gênero com outros marcadores sociais.

Na mesma direção, apresento e discuto o *conceito de governamentalidade*. Para isso, é preciso situar o conceito de governamentalidade nas obras de Foucault. Em linhas gerais, pode-se dizer que os estudos foucaultianos da governamentalidade suscitaram uma *nova problematização das relações de poder*. Da mesma forma, observa-se uma nova ênfase na análise da questão do sujeito ou, ainda, dos distintos modos pelo quais alguém se torna sujeito (*sujeito de determinados discursos e assujeitado a si mesmo e aos outros*).

Para desenvolver suas análises, Foucault concentrou-se em examinar o surgimento de distintas práticas de governo que organizam instituições e regulamentam condutas, aquilo que ele propôs chamar de governamentalidade. Nas palavras do autor: “[...] o que propus chamar de governamentalidade, isto é, a maneira como se conduz a conduta dos homens, não é mais que uma proposta de grade de análise para essas relações de poder” (FOUCAULT, 2008a, p.258).

Essas formulações foram desenvolvidas nos cursos *Segurança, território, população* (1977-1978) e *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979). No primeiro, Foucault desenvolve uma história da(s) governamentalidade(s) para depois examinar a formação de uma governamentalidade política articulada à emergência de uma razão de Estado; no segundo curso, a governamentalidade foi examinada sob uma nova perspectiva, com base nos temas do liberalismo e do neoliberalismo – o que Foucault (2008b) vai chamar de quadro de racionalidade política. Tal movimento possibilita a análise de um conjunto de práticas de governo produzidas no contexto de racionalidades políticas – aquilo que podemos nomear governamentalidade (neo)liberal.

Assim, governamentalidade, a partir de Foucault, pode ser compreendida como uma grade de análise para as relações de poder³ implicadas nas formas de condução da conduta dos sujeitos.

Operar com o conceito de governamentalidade implica problematizar as técnicas de poder que visam a transformar os indivíduos em sujeitos governáveis. Sob essa perspectiva, o sujeito não pode ser compreendido como uma entidade essencial, abstrata, universal. Para Foucault, o sujeito é constituído pelas práticas às quais está submetido. Podemos pensar, aqui, nas práticas sociais que transformam os seres humanos em sujeitos, nos *modos de objetivação* – “sujeitos a alguém pelo controle e dependência” (FOUCAULT, 1995, p.235) – e nos *processos de subjetivação* – “presos a sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento” (FOUCAULT, 1995, p.235).

³ Para Foucault, as relações de poder são exercidas não diretamente sobre os sujeitos, mas sobre suas ações – *um campo de possibilidades*. É uma ação sobre outra ação, que se exerce sobre sujeitos livres e que produz efeitos, (re)ações. Sob essa perspectiva, a resistência funciona como uma (re)ação, como *outra ação de poder*. Assim, pode-se dizer que, para Foucault, não há contradição entre o poder e a liberdade, pois eles são indissociáveis. O poder só se exerce sobre “sujeitos individuais ou coletivos [que] têm diante de si um campo de possibilidades de diversas condutas, diversas reações, e diversos modos de comportamento podem acontecer” (FOUCAULT, 1995, p.244).

Gênero e governamentalidade: uma articulação teórico-metodológica

Ao examinar os processos de subjetivação utilizando os conceitos de gênero e de governamentalidade como ferramentas, tornou-se possível identificar duas tecnologias—“tecnologia da autorreflexão” e “tecnologia da autoavaliação”—, as quais agem sobre a mulher-mãe de maneira a torná-la *parceira* – capaz de agir sobre si e sobre os outros para manter-se participante e buscar soluções para os problemas sociais.

Os resultados mostram que gênero e governamentalidade dimensionam essas tecnologias, as quais estão implicadas na produção das subjetividades de mulheres-mães, na medida em que regulam e modificam as relações destas consigo mesmas – produzindo um modo de ser e de viver a feminilidade e a maternidade.

A partir do material empírico, podem-se sistematizar alguns argumentos sobre as possibilidades que a articulação entre os conceitos de gênero e governamentalidade oferece em termos teóricos e metodológicos:

- Na Contemporaneidade, é preciso agir sobre a conduta do sujeito para torná-lo capaz de se autogovernar. Pode-se afirmar, então, que as tecnologias de governo que operam sobre as mulheres-mães estão implicadas, acima de tudo, na *produção de novas subjetividades*; é preciso que essas mulheres aprendam a ver-se e a julgar-se de acordo com normas estabelecidas. Uma dessas normas, a *família parceira*, está articulada à *tecnologia da participação* – não explorada neste texto. Além dela, as mulheres-mães aprendem a ver-se e a julgar-se com base em outra norma: *ser mulher-mãe parceira*.
- Operando-se com os conceitos, é possível perceber que as ações de governo não estão dirigidas a todas as famílias, ou à família de modo geral, mas, sobretudo, às mulheres-mães. Ao fazerem isso, contribuem para reiterar uma noção de maternidade como instinto ou destino natural da mulher. A mulher-mãe parceira, independentemente de sua condição feminina, deve *ser capaz de participar da vida escolar de seu filho*. Isso implica: incentivar o filho a estudar; ensinar o filho a relacionar-se com o

mundo; frequentar a reunião de pais; participar do CPM; auxiliar com o dever de casa; cuidar da saúde do filho.

- Ao mesmo tempo, o conceito de gênero funciona como uma ferramenta que possibilita diferenciar as tecnologias de governmentação direcionadas às mulheres daquelas que focalizam as mães. Dessa forma, pode-se dizer que, *como mulher, ela precisa aprender a cuidar de si*: cuidar do seu corpo, escolher um bom parceiro, estudar, trabalhar; *como mãe, é preciso que ela seja capaz de cuidar do filho*: acompanhar de perto o seu desenvolvimento. Será necessário investir na condução da conduta dessa mulher para que ela se torne capaz de conduzir a si mesma como mulher e como mãe, para que ela se torne responsável por gerar e criar filhos saudáveis, colocando as necessidades destes à frente das suas, em quaisquer circunstâncias ou condições.

Em resumo, ao examinar os processos de subjetivação utilizando os conceitos de gênero e de governmentação como ferramentas, foi possível identificar uma nova forma de administração do eu e da subjetividade, gestada na Contemporaneidade. Para agir sobre a própria subjetividade, é necessário transformar pensamentos e desejos do indivíduo em objetos de inspeção e regulação. Assim, as práticas devem conduzir as mulheres-mães à autorreflexão e à autoavaliação pessoais. Na Contemporaneidade, o que mais importa é *investir na produção de subjetividades*, buscando produzir sujeitos capazes de se relacionar consigo mesmos e, portanto, de se *autogovernar*.

Referências

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault – uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1995. p.231-249.

_____. *Nascimento da Biopolítica*: curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. *Segurança, território, população*: curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

LOURO, G. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 13.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

MARIANO, S. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. *Estudos Feministas*, Florianópolis/SC: UFSC, v.13, n.3, p.483-505, 2005.

MEYER, D. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, G.; NECKEL, J.; GOELLNER, S. (orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo*. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p.9-27.

NICHOLSON, L. Interpretando gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis/SC: UFSC, v.8, n.2, p.09-41, 2000.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre: FAGED/UFRGS, v.20, n.2, p.71-99, jul./dez. 1995.